

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Arte e formação cultural: algumas considerações sobre o papel da extensão universitária

Art and cultural education: some considerations about the role of university extension

Arte y formación cultural: algunas consideraciones sobre el papel de la extensión universitaria



José Rafael Madureira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, Brasil

joserafaelmadureira@gmail.com

Resumo: A Extensão Universitária tem um papel fundamental na gestão e fomento de ações de Cultura e Arte. Se levarmos em consideração o declínio do espírito lúdico e o avanço do racionalismo tecnicista e utilitarista no campo da Educação iniciado no Brasil em meados de 1960, a Extensão Universitária surge como último refúgio de um processo denominado “formação cultural” ou *Bildung* (BERMAN, 2002; SUAREZ, 2005) que, através da articulação entre Cultura e Arte, poderia garantir uma formação mais ampla, mais ativa, mais dialógica e de forte caráter estético. Este artigo, realizado através de pesquisa bibliográfica e consulta a plataformas oficiais (sites e portais institucionais), tem como escopo tecer algumas breves considerações histórico-filosóficas sobre esse problemático quadro e reivindicar o lugar da Cultura e da Arte no debate institucional da gestão universitária e – mais propriamente – na formação acadêmica dos estudantes.

Palavras-chave: Arte. Cultura. Formação Cultural (*Bildung*). Extensão Universitária.

Abstract: The University Extension has a fundamental role in the management and promotion of Culture and Art actions. If we consider the decline of the ludic spirit and the advance of technicist and utilitarian rationalism in the field of Education, a process that started in Brazil in the mid-1960s, the University Extension appears as the last refuge of a process called “cultural education” or *Bildung* (BERMAN, 2002; SUAREZ, 2005) and will be able to guarantee, through the articulation between Art and Culture, a broader, more active, more dialogic education with a strong aesthetic character. This article, carried out through bibliographical research and consultation of official platforms (institutional websites and portals), aims to relate some brief historical and philosophical considerations about this problematic picture and claim the place of Culture and Art in the institutional debate of university management and – more properly – in the academic education of students.

Keywords: Art. Culture. Cultural Education (*Bildung*). University Extension.

Resumen: La Extensión Universitaria tiene un papel fundamental en la gestión y promoción de las acciones de Cultura y Arte. Si tenemos en cuenta el declive del espíritu lúdico y el avance del racionalismo tecnicista y utilitarista en el campo de la Educación, que se inició en Brasil a mediados de los años de 1960, la Extensión Universitaria aparece como el último refugio de un proceso denominado “formación cultural” o *Bildung* (BERMAN, 2002; SUAREZ, 2005) que, a través de la articulación entre Cultura y Arte, podrá garantizar una formación más amplia, más activa, más dialógica y con un marcado carácter estético. El propósito de este artículo, llevado a cabo a través de la búsqueda bibliográfica y la consulta de plataformas oficiales (sitios web y portales institucionales), es tejer algunas breves consideraciones históricas y filosóficas sobre este marco problemático y reivindicar el lugar de la Cultura y el Arte en el debate institucional de la gestión universitaria y – más propiamente – en la formación académica de los estudiantes.

Palabras clave: Arte. Cultura. Formación Cultural (*Bildung*).
Extensión Universitaria.

Data de submissão: 09/10/2021

Data de aprovação: 26/11/2021

Prælude

A Cultura, como foi anunciado na apresentação deste dossiê, não ocupa o lugar que lhe é devido nos debates e agendas da gestão universitária. A Arte, entendida como uma manifestação privilegiada do campo cultural, também não é considerada nesses debates e tampouco na formação acadêmica dos estudantes, excetuando-se àqueles que, por amor ou necessidade, a escolheram como modo de vida e profissão.

Mário de Andrade é categórico ao discursar sobre a função social da Cultura (Arte) e, conseqüentemente, dos espaços destinados ao seu ensino: “Ainda não se percebeu em nossa terra que a cultura [arte] é tão necessária como o pão.” (ANDRADE, 2005, p. 269). A provocação permanece atual, mesmo passados mais de 85 anos desde a sua aparição, e nos serve de mote para as considerações a serem aqui apresentadas sobre o papel da Extensão Universitária na formação cultural dos estudantes por meio de projetos e ações vinculados ao campo da Arte. A participação efetiva da Extensão Universitária torna-se ainda mais fundamental – embora limitada – em universidades que não contemplam em seus catálogos cursos de graduação na área de Arte.

A Cultura e a Arte na Extensão Universitária

Extensão Universitária, rememorando o que foi pactuado durante I Encontro Nacional de Pró-Reitores de

Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987, p. 11):

[...] é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. [...] Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. (FORPROEX, 1987, p. 11)

O artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 2016), promulgado um ano depois do FORPROEX e nele inspirado, indica com muita clareza que as universidades “[...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Essa normativa justifica a presença quase obrigatória de três unidades administrativas autônomas: a Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa e a Pró-Reitoria de Extensão.

Em muitas universidades federais, a Cultura aparece como um campo específico a ser abordado, o que motivou a estruturação de pró-reitorias de *Extensão e Cultura*. A conjunção aditiva (e) indica que os dois termos – Extensão e Cultura – possuem o mesmo valor sintático e o mesmo status social, político e acadêmico.

Para destacar essa peculiaridade, a Universidade Federal do Cariri (UFCA), no momento de sua fundação, decidiu criar, juntamente com a Pró-Reitoria de Extensão, uma pró-reitoria específica para gerenciar as ações culturais, no caso, a Pró-Reitoria de Cultura (Procult/UFCA),

concebida como um órgão “[...] que trama a Cultura numa dimensão estratégica e formadora da comunidade acadêmica, com a perspectiva de contribuir para a formação integral do estudante universitário e da comunidade favorecida pela Instituição.” (UFCA/Procult). A Procult/UFCA apresenta-se como um “[...] setor por excelência, visando promover, estimular e reconhecer a Cultura como fator fundamental ao desenvolvimento social, crítico e, principalmente, educacional na contemporaneidade” (UFCA/Procult).

A Universidade Federal do Ceará (UFC) deu mais um passo a favor da valorização da Arte. Além da Pró-Reitoria de Extensão, o Conselho Universitário da UFC instituiu a Secretaria de Cultura Artística (Secult-Arte/UFC), órgão responsável em articular, incentivar, apoiar e gerir projetos e ações de Arte desenvolvidos na instituição. A Secult-Arte/UFC tem por missão “[...] fortalecer a cultura artística, compreendida como dimensão inalienável da vida universitária, buscando criar estratégias para o incremento da produção estética nas diversas linguagens das artes, estimulando a reflexão crítica dessa produção.” (UFC/Secult).

A “cultura artística” aparece como palavra de ordem dos modernistas brasileiros, especialmente em Mário de Andrade. A ocorrência da “cultura artística”, embora seja reconhecida como dimensão inalienável da vida universitária, é tímida e esporádica em instituições desprovidas de centros ou departamentos de Artes que, através de seus cursos de graduação e pós-graduação, fomentam uma vasta e variada agenda cultural: oficinas,

curiosos, espetáculos, concertos, exposições, mostras, festivais etc.

A Cultura, sendo uma área tão essencial para o desenvolvimento da universidade, não deveria ocupar um lugar secundário, o que se observa de um modo mais explícito, por exemplo, em congressos e seminários científicos. Eventos acadêmicos de médio ou grande porte não costumam dispensar a denominada “programação cultural”. Essa programação costuma ter a função única de entreter os participantes durante o coffee break, um momento de alívio, distração e descompromisso depois de uma atividade acadêmico-científica reconhecida por sua seriedade.

Não refutamos o argumento de que o público – depois de uma longa exposição científica oral – mereça se divertir com alguma atividade cultural, preferencialmente uma intervenção artística que recrute outras formas de olhar para os acontecimentos da vida humana. O divertimento é a primeira função social da Arte (BRECHT, 2005). Divertir, com toda certeza, mas também incomodar, fazer pensar, refletir a realidade. Em perfeita consonância com a ideia de Brecht, Huizinga (2018, p. v) irá afirmar que: “[...] A seriedade procura excluir o jogo, ao passo que o jogo pode muito bem incluir a seriedade”.

O divertimento e o jogo – ou *ludus* (de *ludere*) – é o oposto do entretenimento; se o primeiro exige uma presença viva e imaginativa do público, o segundo conduz à ausência completa (de si mesmo). Divertir ou divertir-se, no contexto da apreciação de uma obra de arte, é explorar um universo lúdico impregnado de sentidos, percepções e

significados que irão agregar valores estéticos (e políticos) incalculáveis para a vida pessoal e profissional de qualquer pessoa.

A Cultura é uma das oito Áreas Temáticas previstas pela Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). Nesse documento, o termo "cultura" aparece apenas duas vezes (p. 17 e 62) e sem maiores esclarecimentos. O termo "arte" aparece apenas uma vez, atrelado ao princípio norteador número um das ações de extensão: "A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região e do País." (FORPROEX, 2012, p. 37). A Arte, posicionada à sombra desses dois gigantes, acaba perdendo força de representação e legitimidade, mesmo no contexto da própria Extensão Universitária.

Em Madureira (2019), é possível identificar a furtiva submissão de projetos extensionistas de declarado valor técnico-científico em edital específico de apoio à Cultura e à Arte realizada com a intenção – talvez única – de garantir o bolsista (remunerado). Nesses projetos, a Cultura e a Arte são instrumentalizadas em benefício da produção científica, o que não é propriamente um problema, mas descaracteriza os objetivos do referido edital, escrito em consonância com as Metas do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2012).

Formação técnica ou formação cultural (integral)?

O entendimento de muitos gestores, professores e pesquisadores sobre o elemento formativo inerente à Cultura e à Arte costuma ser bastante limitado. Isso parece revelar o caráter tecnicista e utilitarista do projeto de

educação nacional que se instaurou desde a década de 1960. Esse “projeto” propedêutico de educação atravessou todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior, deixando cicatrizes que podem ser percebidas na forma da “eterna infância da cultura”, uma “[...] rejeição às coisas da cultura que demande esforço de entendimento, sensibilidade ou atenção, como filmes, músicas e textos considerados difíceis ou complexos” (ALMEIDA, 2004, p. 28).

A metáfora da “infância cultural” atualiza-se e se glorifica com o advento da cultura midiática associado ao (des) governo das mídias sociais, cujo *modus operandi* é marcado pela alienação e desfigurado pelo narcisismo. A “infância cultural” opõe-se àquilo que Saviani (2013) irá denominar por “consciência filosófica”, uma vitória sobre o “senso comum” alienador e autodestrutivo.

Em meados de 1930, o currículo escolar, ao lado da formação científica, contemplava o ensino obrigatório de Arte (Música), Filosofia e línguas clássicas (latim e grego), almejando não apenas uma preparação para o ingresso no ensino superior, mas uma formação “[...] para todos os setores da vida, isto é, uma *formação integral* que lhe possibilitasse tomar decisões claras e seguras em qualquer situação de sua existência.” (MAZAI; RIBAS, 2001, p. 9, grifo nosso).

De fato, antes da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1961), o latim clássico, por exemplo, ocupava o currículo das escolas públicas brasileiras (curso secundário clássico). Mesmo que o ensino do latim fosse bastante precário e muitas vezes restrito ao estudo analítico das declinações, havia alguma

chance dos escolares, inadvertidamente, se esbarrarem com Virgílio ou Ovídio e se encantarem pelo mundo antigo, patrimônio da humanidade.

Paula Corrêa (2018) descreve a ousada iniciativa – vinculada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (PRCEU/USP) – de revalorização do ensino do latim e do grego clássico em caráter obrigatório nas escolas públicas da capital paulista. A ação extensionista, inspirada em um projeto britânico conhecido como *Classics for all* (Clássicos para todos), buscou democratizar o acesso das crianças e jovens à grandeza da antiguidade clássica.

A arte musical, ao lado das línguas clássicas, ocupou o currículo das escolas públicas brasileiras por um tempo considerável. Em meados dos anos de 1930, Villa-Lobos, com muito engenho, criou o Canto Orfeônico, uma proposta nacional de ensino de música baseada no folclore brasileiro (cancioneiro) e destinada a todas as crianças. Essa genial iniciativa de ensino de Arte sucumbiu à LDB de 1961, que substituiu a Música pela Educação Artística, ensinada em uma perspectiva genérica, superficial, naturalizada, com foco no desenho técnico.

Demerval Saviani (2009, p. 12) esclarece que essa nova proposta metodológica – a Escola Nova – “[...] deslocou o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade”. Esse conjunto de características talvez explique a visão romantizada e até infantilizada da Arte presente em discursos e práticas de professores e

estudantes. Quando indagamos uma pessoa escolarizada sobre “O que é a Arte?”, com frequência ouvimos respostas associadas à ideia de uma livre expressão de sentimentos, como se a Arte, em seus procedimentos criativos, não demandasse muita pesquisa, pensamento, técnica, concepção e compromisso político-social. Para Louise Bourgeois (2000, p. 131), o artista encara o processo criativo como “[...] um campo de batalha, uma luta até o fim.”

Almeida (2004, p. 8) destaca a separação instaurada entre Cultura (Arte) e Educação: “A cultura [arte] está localizada em um saber-fazer e a escola, em saber-usar, e nesse saber-usar restrito desqualifica-se o educador, que vai ser sempre um instrumentista desatualizado.”

A pedagogia da Escola Nova – também conhecida como Escola Progressista – contribuiu enormemente para a banalização e a simplificação do ensino de Arte, uma situação que perdurou até a aprovação da LDB nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996) e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte (BRASIL, 1997), que substituíram a Educação Artística pelo ensino de quatro linguagens artísticas: a Dança, a Música, o Teatro e as Artes Visuais.

A iniciativa do Poder Legislativo, pautada na democratização do acesso à Arte, foi louvável, mas não resolveu o problema, pois, conforme Vieira (2011), as escolas públicas brasileiras não tinham a menor condição de ofertar o ensino de todas essas linguagens artísticas.

A universidade pública, e mais especificamente a Extensão Universitária, diante dessa mazela histórica, apresenta-se como último refúgio para a formação cultural

e artística – gratuita e de qualidade – dos estudantes. Do contrário, o acesso às discussões sobre Arte, incluindo o campo filosófico da Estética e da História da Arte, ficará restrito aos estudantes de Artes, Letras e Filosofia, o que alimenta o problema apresentado no início desta digressão, ou seja, de que o entendimento de muitos gestores, professores e pesquisadores sobre o elemento formativo inerente à Cultura e à Arte costuma ser bastante limitado.

A formação cultural não exclui o aspecto técnico da formação profissional, que é imprescindível, mas o modelo técnico-científico não é suficiente no enfrentamento da complexidade da vida e dos desafios trazidos pelo novo século.

O racionalismo e o declínio da atividade lúdica

Outro problema a ser levantado concerne à valorização desmedida da produtividade científico-tecnológica, um modelo espelhado nos imperativos capitalistas, quais sejam a competição, a acumulação e a maximização dos lucros. A produtividade é fundamental, com toda certeza, mas não se pode perder de vista a dimensão social e lúdica de todo processo, o divertir-se, o jogo, o ócio criativo. Ademais, conforme a máxima de Huizinga (2018, p. v), “[...] é no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve. O jogo é uma entidade autônoma”.

O declínio do espírito lúdico (*ludus*) inicia-se no século XVIII com os avanços científico-tecnológicos e com o foco social-econômico direcionado ao utilitarismo, à eficiência e à busca pelo bem-estar da burguesia. Huizinga (2018, p. 212)

observa que essas tendências “[...] foram exacerbadas pela revolução industrial [século XIX] e suas conquistas no domínio da tecnologia. O trabalho e a produção passaram a ser o ideal da época, e logo depois o seu ídolo.”

A busca incessante de crescimento econômico associada ao “culto” pelo progresso tecnológico acabou por enfraquecer o espírito lúdico. Esse ímpeto foi capaz de destruir os mistérios da vida “[...] e absolver o homem da culpa e do pecado, mas esqueceram de libertá-lo da insensatez e da miopia, e a única coisa de que ele passou a ser capaz foi de adaptar o mundo à sua própria mediocridade.” (HUIZINGA, 2018, p. 213).

Caillois (2017, p. 42), dando continuidade às investigações de seu mestre (Huizinga), apresenta a “improdutividade” como um dos atributos definidores de jogo. Em uma sociedade obcecada por resultados numéricos e índices de produção, como assimilar essa inversão de valores? Mesmo o esporte, através do qual a atividade lúdica e formativa alcança elevada potência, foi subjugado pela lógica do mercado, tornando-se um grande negócio (business).

A Arte é uma forma de jogo; ela nasce da brincadeira infantil (*paidia*) e se desenvolve até a máxima sofisticação do *ludus*. A Arte, logo, rememorando os atributos definidores propostos por Caillois (2017), é uma atividade improdutiva. Então, para que serve a Arte? Miguel de Unamuno (2013, p. 5) responderá essa questão de um modo bastante provocador: “Alguém pega um bonde elétrico para ir à ópera e se pergunta: quem é, nesse caso, mais útil, o bonde ou a ópera?”.

Existiam bondes na época em que essa indagação foi publicada (1912), mas o *bonde* evocado por Unamuno poderia ser lido metaforicamente como *ciência e tecnologia*, duas áreas que sempre proveram os seres humanos de objetos e técnicas de inegável utilidade (sobrevivência). Unamuno não responde à sua indagação, mas não resta dúvida de que o *bonde* (ciência e tecnologia), para ele, é considerado infinitamente mais útil do que a *ópera* (Arte).

Hannah Arendt (2014, p. 180) apresenta um raciocínio que esclarece a problemática da inutilidade da obra de arte: “Há uma infinidade de objetos estritamente sem utilidade e que, ademais, por serem únicos, não são intercambiáveis e, portanto, não são passíveis de igualação através de um denominador comum como o dinheiro.” A Arte e a Cultura não têm valor de uso como, por exemplo, uma geladeira, um smartphone ou um microscópio óptico. Para Arendt (2014, p. 180-181): “[...] o devido relacionamento do homem com uma obra de arte não é usá-la; pelo contrário, ela deve ser cuidadosamente isolada de todo o contexto dos objetos de uso comum para que possa galgar o seu lugar devido no mundo.”

Mário de Andrade (1995, p. 15), ao discutir as questões de Estética Musical, apresenta o Belo como atributo de qualquer obra de arte, uma produção que desperta o prazer, mas um prazer “[...] superior que se relaciona com essas regiões elevadas do espírito em que toda necessidade prática desaparece e que não alcança nenhum interesse imediato.”

A “inutilidade” da Arte – e sua falta de praticidade – não diminui em nada a sua potência formativa (formação

cultural) e sua contribuição efetiva em apontar linhas de fuga para os problemas e desafios apresentados pela contemporaneidade. Novamente em Arendt (2014, p. 181): “A fonte imediata da obra de arte é a capacidade humana de pensar, da mesma forma que a propensão para a troca e o comércio é a fonte dos objetos de uso.”

Mesmo para quem atua no ensino e pesquisa em Arte, na universidade ou na educação básica, compreender e elaborar essas proposições de Caillois, Unamuno ou Arendt não é tarefa fácil. A própria instituição – escolar ou universitária – instaura metas de produtividade a serem rigorosamente cumpridas pelos professores e pesquisadores dessa área, esquecendo-se de que a Arte possui um andamento próprio – geralmente lento – que não acompanha o ritmo alucinado do mercado de produção.

A Arte, quando habita o espaço formal de uma escola ou centro de ensino de Arte, é objetivada, devendo adequar-se às normativas e regimentos da instituição (mecanismos de controle). A música, nesse contexto, parece ter sido especialmente cooptada pela lógica do utilitarismo técnico. É como se a música não se bastasse a si mesma, sendo necessário subordina-la a um componente externo que justifique o investimento a ser feito. Em alguns conservatórios ou escolas de Arte, os benefícios da música para o desenvolvimento cognitivo da criança são enfaticamente divulgados, o que agrada particularmente certos pais e mães desejosos em fazer de seus filhos um gênio da matemática ou da computação.

A associação entre música e cognição é um fato já amplamente investigado e comprovado cientificamente. A

divulgação desta “descoberta científica” – uma estratégia muito mais comercial do que pedagógica – movimenta um grande mercado de produtos e serviços. Os Clássicos Musicais Baby Einstein – uma coleção de seis discos com composições de Bach, Mozart, Beethoven, Chopin e Tchaikovsky produzidos pela Disney e adaptados às crianças em idade pré-escolar – é um ótimo exemplo dessa instrumentalização da música. A finalidade do produto não é cultivar nas crianças o gosto pela música, mas potencializar o desenvolvimento de habilidades lógico-matemáticas. A lógica e a matemática são campos iluminados, mas outros tipos de inteligência poderiam ser explorados diante de um contexto formativo tão fértil.

A aparente valorização da música (Arte) – na verdade, sua instrumentalização – vem sendo observada em projetos de pesquisa e extensão universitária, seja no campo da Zootecnia ou da Agricultura, entre outros. O uso da música, especialmente a denominada “música clássica”, tem sido pesquisado como recurso para o aumento de produtividade de vacas leiteiras, frutas e hortaliças (MADUREIRA, 2019).

Os resultados desses procedimentos técnico-metodológicos costumam ser bastante expressivos, mas em ambos os casos, a música (Arte) – extirpada do contexto histórico em que nasceu e foi cultivada – torna-se coadjuvante do procedimento científico, um facilitador importante, mas descartável e facilmente substituível por um equipamento ou aplicativo (app) que exerça o mesmo tipo de influência sonora (frequência) sob os seres vivos.

Pressupostos estético-pedagógicos da formação cultural

Isoladamente, os vocábulos *formação e cultura*, no contexto clássico, são imbuídos de grande riqueza semântica. Em resumo, a palavra “formação” (de *formatione*) “[...] é a ação de dar forma.” (SARAIVA, 2006, p. 499), enquanto “cultura” (de *colere*) “[...] é cultivo de virtudes e saberes, instrução.” (SARAIVA, 2006, p. 323). Ao serem reunidos, denominam uma noção muito cara ao idealismo alemão, representada pelo conceito de *Bildung*, que em língua alemã, entre múltiplos significados, traduz-se como *formação cultural* (SUAREZ, 2005).

De acordo com Berman (2002, p. 79): “*Bildung* tem uma fortíssima conotação pedagógica e educativa.” A *Bildung* é, ao mesmo tempo, um processo e o seu resultado. Através dela “[...] um indivíduo, um povo, uma nação, mas também uma língua, uma literatura, uma obra de arte em geral se formam e adquirem assim uma forma.” (BERMAN, 2002, p. 80).

A Arte – especialmente a música – é o elemento mais potente da *Bildung* ou, pelo menos, a sua forma mais sublime. Produzir uma obra de arte ou aprender uma linguagem artística – seja num contexto profissional ou amador, mas com a devida orientação – é a via mais segura para a formação cultural.

Para Villa-Lobos (1987, p. 13): “Um povo que sabe cantar está a um passo da felicidade; é preciso ensinar o mundo inteiro a cantar.” A “felicidade” de “saber cantar” – não em uníssono, mas preferencialmente a várias vozes –

expressa a conquista dos meios musicais, técnicos e artísticos para agir no mundo com uma consciência mais social e coletiva.

A universidade deveria valorizar e fomentar esse tipo de formação (cultural-artística) para que seus egressos, muito além do domínio de procedimentos técnico-científicos, pudessem discutir – com o devido esclarecimento e, se possível, esteticamente – as complexas pautas sociais e políticas do país.

Insistimos que não se trata de substituir a formação científica pela formação cultural, isso seria absurdo, mas precisamos abrir espaço (institucional e político) para o fazer criativo (Arte) e para a “consciência filosófica” (SAVIANI, 2013). A Filosofia – ou “consciência filosófica” – é um dos pilares de qualquer civilização, ao lado da Arte e da Ciência, mas pensamento não é cognição:

A cognição sempre tem um fim definido, que pode resultar de considerações práticas ou de “mera curiosidade”; mas, uma vez atingido esse fim, o processo cognitivo termina. O pensamento, ao contrário, não tem outro fim ou propósito além de si mesmo, e não chega sequer a produzir resultados. [...] os homens de ação e os cientistas que procuram resultados, jamais se cansaram de dizer quão inútil é o pensamento – realmente, tão inútil quanto as obras de arte que inspira (ARENDDT, 2014, p. 184).

Hannah Arendt faz uma sutil diferenciação entre os “cientistas que procuram resultados” e aqueles que, conscientes dos atributos estético-pedagógicos da *Bildung*, buscam integrar o fazer científico ao pensamento e à Arte, contribuindo triplamente para o desenvolvimento da sociedade.

Deus ex machina

De acordo com o Portal do Ministério da Educação (MEC), temos 69 universidades federais do Brasil. Desse montante, 18 não oferecem cursos na área de Arte, a saber: Universidade Federal de Jataí (2 campi), Universidade Federal de Catalão, Universidade Federal de Rondonópolis, Universidade Federal Rural de Pernambuco (4 campi), UFRA (6 campi), Universidade Federal de Alfenas (3 campi), Universidade Federal de Itajubá (2 campi), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (4 campi), Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de São Paulo (7 campi), Universidade Federal do ABC (4 campi), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2 campi), Universidade Federal da Fronteira Sul (6 campi), Universidade Tecnológica do Paraná (13 campi), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco e Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Esse número é bastante eloquente, sobretudo por se tratar, em muitos casos, de universidades localizadas em cidades e regiões de baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) que, em geral, não dispõem de espaços públicos de formação artística (escolas, centros de Arte ou conservatórios). Dezenas de instituições não foram contabilizadas por oferecerem a licenciatura em Artes Visuais. Essa realidade – oferecer apenas um curso de Arte – limita consideravelmente o desenvolvimento de uma política cultural mais ampla e uma agenda de cursos e eventos que possam contribuir com a

formação cultural da comunidade acadêmica (estudantes, técnicos, professores, terceirizados) a partir de múltiplas linguagens (teatro, dança, música, cinema etc.).

Ficamos surpresos ao constatar que universidades com seis, sete ou 13 campi não possuem nenhum curso de graduação na área de Arte. O levantamento de dados também traz mais duas situações que chamaram a atenção: a Universidade Federal de Itajubá – fundada em 1913 – possui 23 cursos de graduação em Engenharia, e nenhum na área de Arte; a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri possui dois cursos de graduação em Medicina, e nenhum na área de Arte.

Desenvolver uma política extensionista de Cultura e Arte é quase impossível sem o suporte técnico e a estrutura de departamentos, centros ou institutos de Artes, ainda que diretorias e secretarias de cultura sejam criadas para esse fim. Ademais, se uma universidade não oferece nenhuma licenciatura na área de Arte, quem irá assumir o componente curricular Arte na escola (Educação Básica)?

As pró-reitorias de Extensão e Cultura não poderão resolver essa problemática da formação de professores de Arte, mas talvez possam abrir espaço para o debate sobre o papel dos cursos de Arte na formação cultural dos estudantes e no desenvolvimento sociocultural das cidades e distritos que estão em contato direto com a instituição.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) possui inúmeros campi universitários, mas não oferece nenhum curso de graduação na área de Arte. A instituição, descontente e preocupada com essa lacuna que dificulta e até impede o pleno desenvolvimento da comunidade

acadêmica e da universidade como um todo, reuniu os seus pró-reitores, câmaras e conselhos de Extensão e Cultura e escreveu o Plano de Cultura da UNIFESP (2018), uma estratégia imaginada como um *deus ex machina* para a tragédia manifesta.

Na introdução do documento, pensado como “[...] uma espécie de carta de princípios e intenções que antecede políticas, programas e projetos.” (UNIFESP, 2018, p. 6), o problema da inexistência de cursos de Arte nos campi da instituição é apresentado com muita clareza: “Ainda que a UNIFESP não abrigue cursos de graduação nas áreas de Música, Dança, Artes Cênicas, Artes Visuais ou Cinema, existe grande interesse e demanda de estudantes, técnicos e docentes por experiências artístico-culturais.” (UNIFESP, 2018, p. 6).

O Plano de Cultura da UNIFESP tem como objetivo geral ampliar e institucionalizar os espaços de cultura da instituição de maneira contínua, sustentável, democrática, transparente e alinhada com as metas do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2012), “[...] valorizando a diversidade cultural e os direitos culturais da população, combinando programações pontuais com investimentos de longo prazo, infraestrutura e capacitação.” (UNIFESP, 2018, p. 13). Esse objetivo é sustentado por seis pilares: 1) Cultura e Formação, 2) Diversidade Cultural, 3) A Cultura como Direito, 4) Democratização Cultural aliada à Democracia Cultural, 5) Perspectiva Dialógica e Vocação Extensionista, e 6) Atuação em Rede.

A “noção de cultura” que norteou a elaboração do documento é muito promissora, o que nos leva a transcrevê-la na íntegra (UNIFESP, 2018, p. 6, grifo nosso):

Além das letras e das belas artes, da cultura erudita e das experimentações artísticas, incorporamos também alguns elementos da concepção antropológica de cultura, mais ampla, que tem a ver com modos de pensar e agir, com valores. Portanto, ao lado das linguagens artísticas – música, dança, teatro, literatura, artes visuais etc. – consideramos como atinentes à esfera cultural dos saberes populares e tradicionais, as discussões sobre raça e gênero, bem como as relações entre cultura e desenvolvimento – que tangenciam a economia solidária e a economia criativa. Nessa visão plural e democratizante da cultura, as formas expressivas e as linguagens artísticas, além de seu valor propriamente estético, podem assumir papel de integração, inclusão e harmonização, contribuindo para *melhorar a convivência* numa época de ânimos acirrados, polarizações e agressividade como a que estamos atravessando.

Ao vislumbrar a Cultura e a Arte como estratégia para “melhorar a convivência” entre as pessoas, os autores do documento se aproximam do terceiro pilar da educação proposto por Jacques Delors (2018) – “aprender a conviver” – do qual depende inteiramente o último e mais importante: “aprender a ser”. Também apostamos na formação cultural (*Bildung*) – imbuída dessa noção de Cultura – como um caminho para “aprender a ser” e agir no mundo.

Epilogus

O papel da Extensão Universitária na formação cultural dos acadêmicos é muito evidente, “[...] embora parte considerável dos discentes consiga integralizar o curso de graduação sem nunca ter participado de uma ação extensionista.” (MADUREIRA, 2019, p. 39). A creditação da

extensão universitária – em processo de adequação às matrizes curriculares em muitas universidades – pode ser um caminho para a (re) valorização da Cultura e da Arte como espaços formativos dos estudantes, mas a iniciativa não é inequívoca, podendo tornar obrigatório e burocrático o que deveria ser livre e orientado pela curiosidade pessoal de cada indivíduo.

Os estudantes, ao participarem de modo voluntário – mas com o devido compromisso – de projetos e ações extensionistas vinculadas à área da Cultura e da Arte, se presenteiam com uma formação diferenciada que poderá alargar sua capacidade de “transver o mundo”, evocando a inútil e bela expressão esculpida por Manoel de Barros e publicada em seu “Livro sobre nada” (2009, p. 75). O que parece ser lírico ou etéreo é, ao contrário, bastante pragmático, pois redescobrir a dimensão lúdica e estética da existência – o seu sabor – é condição para uma vida profissional mais ativa, mais crítica, mais solidária e com um sentido de autorrealização.

A canção “Comida” (Titãs, 1987) traz inesperadas ressonâncias da tese de Mário de Andrade exposta no *Præludium* e que serviu de mote para as considerações apresentadas ao longo deste artigo, especialmente o segundo verso “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte.”

Resta uma última indagação: músicos, atores, dançarinos, artistas plásticos, cineastas e agentes culturais precisam de comida, ciência e tecnologia, é claro, mas engenheiros, médicos, cientistas e técnicos também precisam de um pouco de Arte e Cultura, não precisam?

Referências

- ALMEIDA, MILTON JOSÉ DE. **IMAGENS E SONS: A NOVA CULTURA ORAL**. 3. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2004.
- ANDRADE, MÁRIO DE. ORAÇÃO DE PARANINFO [1935]. **Pro-Posições**, CAMPINAS, v. 16, n. 1 (46), p. 261-270, JAN./ABR. 2005. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://FE-OLD.FE.UNICAMP.BR/PF-FE/PUBLICACAO/2302/46-DIVERSOEPROSA-ANDRADEM.PDF](https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2302/46-diversoepresa-andradem.pdf). ACESSO EM: 30 ABR. 2021.
- ANDRADE, MÁRIO DE. **INTRODUÇÃO À ESTÉTICA MUSICAL**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1995.
- ARENDT, HANNAH. **A CONDIÇÃO HUMANA**. TRADUÇÃO: ROBERTO RAPOSO. 12 ED. RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITÁRIA, 2014.
- BARROS, MANOEL DE. **LIVRO SOBRE NADA**. 14. ED. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2009.
- BERMAN, ANTOINE. **A PROVA DO ESTRANGEIRO: CULTURA E TRADUÇÃO NA ALEMANHA ROMÂNTICA**. TRADUÇÃO: MARIA EMÍLIA PEREIRA CHANUT. BAURU, SP: EDUSC, 2002.
- BOURGEOIS, LOUISE. **DESTRUIÇÃO DO PAI/RECONSTRUÇÃO DO PAI**. TRADUÇÃO: ALVADO MACHADO E LUIS ROBERTO MENDES GONÇALVES. SÃO PAULO: COSAC & NAIFY, 2000.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **AS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA**. BRASÍLIA, DF: MINC, 2012.
- BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, [2016] DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SENADO.LEG.BR/ATIVIDADE/CONST/CON1988/CON1988_18.02.2016/CON1988.PDF](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/con1988.pdf). ACESSO EM: 9 AGO. 2021.
- BRASIL. LEI Nº. 4024, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1961. DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. BRASÍLIA, DF. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW2.CAMARA.LEG.BR/LEGIN/FED/LEI/1960-1969/LEI-4024-20-DEZEMBRO-1961-353722-PUBLICACAOORIGINAL-1-PL.HTML](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html). ACESSO EM: 9 AGO. 2021.
- BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. BRASÍLIA, DF. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/L9394.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). ACESSO EM: 9 AGO. 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016. ALTERA AS LEIS Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E 11.494, DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. BRASÍLIA, DF. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2015-2018/2017/LEI/L13415.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). ACESSO EM: 9 AGO. 2021.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ARTE**. BRASÍLIA, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **AS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA**. BRASÍLIA, DF: MINC, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PORTAL**. BRASÍLIA, DF: MINC, 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAL.MEC.GOV.BR/](http://portal.mec.gov.br/). ACESSO EM: 23 NOV. 2021.

BRECHT, BERTOLT. **ESTUDOS SOBRE TEATRO**. 2. ED. TRADUÇÃO: FIAMA HASSE PAIS BRANDO. RIO DE JANEIRO, RJ: NOVA FRONTEIRA, 2005.

CAILLOIS, ROGER. **OS JOGOS E OS HOMENS: A MÁSCARA E A VERTIGEM**. TRADUÇÃO: MARIA FERREIRA. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2017.

CORRÊA, PAULA DA CUNHA. O LATIM E O GREGO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL. **ESTUDOS AVANÇADOS**, SÃO PAULO, v. 32, n. 93, p. 121-125, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.REVISTAS.USP.BR/EAV/ARTICLE/VIEW/152545](https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152545). ACESSO EM: 4 JUL. 2021.

DELORS, JACQUES. **EDUCAÇÃO: UM TESOURO A DESCOBRIR**. 7. ED. TRADUÇÃO: GUILHERME JOÃO DE FREITAS TEIXEIRA. SÃO PAULO: CORTEZ, 2018.

FORPROEX. I ENCONTRO DE PRÓ-REITORIAS DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. BRASÍLIA, DF: 1987. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.UFMG.BR/PROEX/RELEX/IMAGES/DOCUMENTOS/1987-I-ENCONTRO-NACIONAL-DO-FORPROEX.PDF](https://www.ufmg.br/proex/relex/images/documentos/1987-I-ENCONTRO-NACIONAL-DO-FORPROEX.PDF). ACESSO EM: 23 NOV. 2021.

FORPROEX. **POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**. MANAUS, AM: 2012.

HUIZINGA, JOHAN. **HOMO LUDENS: O JOGO COMO ELEMENTO DA CULTURA**. TRADUÇÃO: JOÃO PAULO MONTEIRO. 8. ED. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2018.

MADUREIRA, JOSÉ RAFAEL. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO ACADÊMICA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS CINCO ANOS DE VIGÊNCIA DO PROGRAMA DE BOLSA DE APOIO À ARTE E À CULTURA DA UFVJM. **REVISTA ELO - DIÁLOGOS EM EXTENSÃO**, VIÇOSA, v. 8, n. 2, p. 29-41, DEZ. 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFV.BR/ELO/ARTICLE/VIEW/7317](https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/7317). ACESSO EM: 17 JUL. 2021.

MAZAI, NORBERTO; RIBAS, MARIA ALICE COELHO. TRAJETÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL. **DISCIPLINARUM SCIENTIA**, SANTA MARIA, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2001. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://PERIODICOS.UFN.EDU.BR/INDEX.PHP/DISCIPLINARUMCH/ARTICLE/VIEWFILE/1582/1487](https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumch/article/viewFile/1582/1487). ACESSO EM: 15 JUL. 2021.

RIBEIRO, JOÃO CARLOS. (ORG.). **O PENSAMENTO VIVO DE VILLA-LOBOS**. SÃO PAULO: MARTIN CLARET, 1987.

SARAIVA, FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS. **DICIONÁRIO LATINO-PORTUGUÊS: ETIMOLÓGICO, PROSÓDICO, HISTÓRICO, GEOGRÁFICO, MITOLÓGICO, BIOGRÁFICO**. 12. ED. BELO HORIZONTE: LIVRARIA GARNIER, 2006.

SAVIANI, DERMEVAL. **ESCOLA E DEMOCRACIA**. 41. ED. CAMPINAS, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2009.

SAVIANI, DERMEVAL. **EDUCAÇÃO: DO SENSO COMUM À CONSCIÊNCIA FILOSÓFICA**. 19. ED. CAMPINAS, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2013.

SUAREZ, ROSANA. NOTA SOBRE O CONCEITO DE BILDUNG (FORMAÇÃO CULTURAL). **KRITERION**, BELO HORIZONTE, n. 112, p. 191-198, DEZ. 2005. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/KR/A/7HH9D3CV6KNT4BGRNxcPOGN/?LANG=PT#](https://www.scielo.br/j/kr/a/7HH9D3CV6KNT4BGRNxcPOGN/?lang=pt#). ACESSO EM: 15 JUL. 2021.

TITÃS. COMIDA (ARNALDO ANTUNES, MARCELO FROMER, SÉRGIO BRITTO). *IN*: **TITÃS. JESUS NÃO TEM DENTES NO PAÍS DOS BANGUELAS** (ÁLBUM). RIO DE JANEIRO: WARNER MUSIC BRASIL, 1987. FAIXA 2 (3MIN. 59s.). DISCO DE VINIL.

UFC. **SECRETARIA DE CULTURA ARTÍSTICA**. (PÁGINA OFICIAL). DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://SECULTARTE.UFC.BR/PT/](https://secultarte.ufc.br/pt/)>. ACESSO EM: 15 JUL. 2021.

UFCA. **PRÓ-REITORIA DE CULTURA** (PÁGINA OFICIAL). DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.UFCA.EDU.BR/INSTITUICAO/ADMINISTRATIVO/ESTRUTURA-ORGANIZACIONA/L/PRO-REITORIAS/PROCULT/](https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/estrutura-organizaciona/l/pro-reitorias/procult/). ACESSO EM: 15 JUL. 2021.

UNAMUNO, MIGUEL DE. **DO SENTIMENTO TRÁGICO DA VIDA**. TRADUÇÃO: JOHN O'KUIINGHTTNS. SÃO PAULO: HEDRA, 2013.

UNIFESP. **PLANO DE CULTURA DA UNIFESP (2018-2020)**. SÃO PAULO: PROEC/UNIFESP, 2018. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.UNIFESP.BR/REITORIA/PROEC/NOTICIAS/633-PLANO-DE-CULTURA-DA-UNIFESP-2](https://www.unifesp.br/reitoria/proec/noticias/633-plano-de-cultura-da-unifesp-2). ACESSO EM: 9 SET. 2021.

VIEIRA, MARCILIO DE SOUZA. AS REFORMAS EDUCACIONAIS E O ENSINO DE ARTES. **REVISTA COCAR**, BELÉM, v. 5, n. 10, p. 65-71, JUL./DEZ. 2011. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://PERIODICOS.UEPA.BR/INDEX.PHP/COCAR/ARTICLE/VIEW/197](https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/197). ACESSO EM: 11 SET. 2021.

VILLA-LOBOS, HEITOR. VILLA-LOBOS POR ELE MESMO/PENSAMENTOS. *IN*:
RIBEIRO, JOÃO CARLOS. (ORG.). **O PENSAMENTO VIVO DE VILLA-LOBOS**. SÃO
PAULO: MARTIN CLARET, 1987.